

IRSA - CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL (01/10/2025 A
20/01/2026) - IRSA 13 - BETWEEN CRISES AND HOPES: NEW AGENDAS
FOR TERRITORIAL DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA

**POTENCIALIDADES E INCONGRUÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE
HABITAÇÃO RURAL MANIFESTAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO
EMPREENDIMENTO QUILOMBO TABACARIA I E II**

João Rafael Gomes De Moraes (joao.rafael@yahoo.com.br)

Roberto Miranda (robertosmiranda@yahoo.com.br)

O desenvolvimento rural brasileiro tem sido caracterizado, historicamente, pelo acesso restrito e precário à terra e à moradia por parte das comunidades rurais e tradicionais. Esse contexto afeta a permanência dessas populações em seus territórios, impactando seus modos de vida e o meio ambiente que as cerca. Contudo, o surgimento do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) em 2009, atualmente denominado MCMV Rural, emergiu como uma iniciativa federal inovadora para viabilizar a construção e a reforma de moradias em áreas rurais. O objetivo deste artigo é analisar as potencialidades e incongruências da política nacional de habitação rural, a partir da arena de implementação dos Empreendimentos Quilombo Tabacaria I e II, responsáveis pela construção de cem habitações na zona rural de Palmeira dos Índios (AL), entre os anos de 2014 e 2026. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa

de caráter longitudinal, fundamentada na metodologia da pesquisa-ação. A coleta de dados foi estruturada por meio da triangulação de métodos, envolvendo análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. Os achados indicam que o PNHR/MCMV Rural, embora essencial e inovador, enfrenta gargalos orçamentários e burocráticos. A experiência no Quilombo Tabacaria resultou na construção de cem habitações, revelando que a importância da habitação transcende a mera obra física, podendo ser um agente promotor do desenvolvimento rural dos territórios ao integrar tecnologias sociais — como fossas biodigestoras e reuso de águas cinzas — que garantem segurança hídrica, sustentabilidade produtiva e formação profissional. O programa demonstrou ser instrumento vital de afirmação territorial e habitabilidade quilombola. Contudo, persistem incongruências que exigem transparência nos processos seletivos do Ministério das Cidades e que novas exigências normativas venham acompanhadas de reequilíbrio econômico-financeiro, evitando inviabilizar as Entidades Organizadoras. Conclui-se que o programa deve consolidar-se como política de Estado, dotada de flexibilidade para absorver as particularidades geofísicas e logísticas dos territórios tradicionais.

Palavras-chave: habitação rural; políticas públicas; comunidades rurais e tradicionais; entidades organizadoras; mediação social.